

## **DA AUSÊNCIA À PRESENÇA DE REFERÊNCIA: OS PRONOMES NO MOVIMENTO DA LÍNGUA À ENUNCIÇÃO**

*From absence to presence of reference: pronouns in the language move towards  
enunciation*

**Carmem Luci da Costa Silva<sup>1</sup>**

**Isadora Laguna Soares<sup>2</sup>**

**Aline Moretto Costa<sup>3</sup>**

elcostasilva@hotmail.com

isadoralagunas@gmail.com

alinemoretto88@gmail.com

*Se o vazio é, de um ponto de vista teórico qualquer, quantificável, então o próprio vazio não é vazio. É antes, e ao contrário, um conjunto de ausências significativas e, portanto, significativas.*  
Carlos Vogt

**RESUMO:** Este artigo procura responder à seguinte questão: **Como os pronomes pessoais, formas vazias, tornam-se plenas nos atos de enunciação?** A resposta a essa indagação é respondida a partir da verificação do tratamento conferido aos pronomes pessoais nas Gramáticas Tradicionais da Língua Portuguesa – de Carlos Rocha Lima, de Celso Cunha e Lindley Cintra e de Evanildo Bechara – para, na sequência do trabalho, ser apresentada a reflexão sobre pronomes na teorização sobre linguagem de Émile Benveniste. A discussão sobre os pronomes pessoais, presente nas duas primeiras seções do artigo, embasa, na terceira seção, o estudo de fatos de linguagem que colocam em relevo a singularidade do sentido das formas de pessoa, porque essas formas estão vinculadas à enunciação sempre única que as contém para que cada um dos locutores possa se propor alternadamente como “sujeito” (“eu”) e implantar o outro (“tu”) na relação intersubjetiva. Trata-se de

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de Estudos da Linguagem, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de Estudos da Linguagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de Estudos da Linguagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

uma realidade de discurso em que as pessoas “eu” e “tu” se definem em termos de locução. A referência às pessoas de discurso cumpre, assim, uma função importante na comunicação intersubjetiva, sem a qual não haveria possibilidade de cada locutor ocupar um lugar no discurso para, desse modo, revelar uma posição única na linguagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** pronomes pessoais; formas vazias; enunciação.

**ABSTRACT:** This article seeks to answer the following question: **How do personal pronouns, empty forms, become full in enunciation acts?** This question is answered by researching the treatment traditional grammars of the Portuguese Language – by Carlos Rocha Lima, by Celso Cunha and Lindley Cintra, and by Evanildo Bechara – give to personal pronouns, to subsequently present the reflection on pronouns in Émile Benveniste's theorizing about language. The discussion on personal pronouns, featured in the first two sections of the article, is the basis for the third section, which presents the study of language facts that highlight the singularity of the meaning of the personal forms, because these forms are linked to the ever-unique enunciation that contains them so that each speaker may alternatively define themselves as a "subject" (“I”) and constitute the other (“you”) in the intersubjective relationship. It is a reality of discourse in which the persons “I” and “you” define themselves in terms of locution. Thus the reference to discourse persons fulfills an important function in the intersubjective communication, without which it would not be possible for each speaker to occupy a place in discourse, thereby revealing a unique position in language.

**KEYWORDS:** personal pronouns; empty forms; enunciation.

## INTRODUÇÃO

O estudo dos pronomes releva de um problema de linguagem, vinculado à relação da língua com seu emprego. O tratamento de tal problemática envolve considerar a distinção entre as formas linguísticas com sentido pleno e constante por quem manuseia essa língua e as formas linguísticas com sentido vazio, que somente se tornam plenas no discurso. No primeiro caso, estão as formas que, na língua, possuem uma significação estável, que, embora possam ser atualizadas no uso com um sentido singular, despertam, nos interlocutores, uma significação idêntica. No segundo caso, temos as formas que estão na dependência da realidade do discurso, pois são formas vazias de significação, que somente se tornam plenas na comunicação intersubjetiva. É nesse segundo caso que situamos os pronomes pessoais.

Esses pronomes estão no centro da reflexão enunciativa sobre linguagem, pois fazem emergir o fato de que é próprio da linguagem conter lugares de pessoas e, portanto, lugares para o funcionamento intersubjetivo do discurso. Na reflexão enunciativa de Émile Benveniste sobre pronomes, há um diálogo com a tradição, pois o linguista critica a teoria gramatical clássica por colocar em simetria a noção de pessoa em verbos e em pronomes. Essa seria uma herança da gramática grega conservada pelas gramáticas das línguas modernas. Por isso, neste estudo, decorridos anos de presença dos estudos linguísticos no Brasil, partimos do pressuposto de que

as Gramáticas Tradicionais da Língua Portuguesa contemporâneas dialogam com a Linguística, além de conservarem a herança grega. Torna-se interessante, desse modo, verificar como o estudo dos pronomes se apresenta em algumas gramáticas tradicionais da língua portuguesa e como Benveniste também elabora a sua proposta teórica sobre essa classe para, após, analisarmos a presença dessas formas em usos linguísticos e o sentido provocado na interlocução, com a consideração do diálogo entre esses quadros teóricos (a Tradição Gramatical e Teoria enunciativa de Benveniste).

É nesse diálogo teórico que situamos este artigo, o qual procura responder à seguinte questão: **Como os pronomes pessoais, formas vazias, tornam-se plenas nos atos de enunciação?**

Para respondermos a isso, estruturamos o artigo da seguinte maneira: na primeira seção, verificaremos como os pronomes pessoais são contemplados pela tradição gramatical, com uma retomada do tratamento conferido a essas formas por Carlos Rocha Lima na “Gramática Normativa da Língua Portuguesa”, por Celso Cunha e Lindley Cintra na “Gramática do Português Contemporâneo” e por Evanildo Bechara na “Moderna Gramática da Língua Portuguesa”. Na segunda seção, trataremos dos pronomes pessoais na abordagem enunciativa de Émile Benveniste e, na terceira seção, analisaremos alguns fatos de linguagem que colocam em relevo a singularidade dessas formas no ato enunciativo.

## **1. OS PRONOMES PESSOAIS NA TRADIÇÃO GRAMATICAL: LÍNGUA E USO**

Os pronomes pessoais testemunham um problema inerente às línguas, que é o de formarem classes de formas gramaticais que fazem referência aos interlocutores envolvidos na formulação de um discurso. Portanto, os pronomes pessoais vinculam-se a uma problemática de linguagem, porque as línguas contêm formas para que o falante se marque e constitua o outro na interlocução. Por isso, os pronomes pessoais põem em evidência a relação entre língua e uso. Nesta seção, procuramos verificar como a tradição gramatical, a partir do exame de três gramáticas, trata desse fenômeno na língua portuguesa.

Rocha Lima (2008), com uma concepção de que a língua é um sistema organizado e opositivo de relações, adotado por determinada sociedade para permitir o exercício da linguagem entre os homens, trata a língua portuguesa como um fato

social. Nesse sentido, busca, a partir da ideia de gramática normativa como disciplina didática, classificar e sistematizar o estudo das formas da língua que “o uso idiomático estabilizou e consagrou” (Lima 2008: 7). Nessa direção, sistematiza, em sua “Gramática Normativa da Língua Portuguesa”, os pronomes, retomando o conceito de Said Ali, que concebe o pronome como “a palavra que denota o ente ou a ele se refere, considerando-o apenas como pessoa do discurso” (Lima 2008: 110). Com essa noção, Lima (2008) define pessoas do discurso como o indivíduo que fala, o indivíduo para quem se fala ou o indivíduo ou a coisa de que se fala. Para o gramático, os pronomes são “vazios de conteúdo semântico”, justamente por terem

significação essencialmente ocasional, determinada pelo conjunto da *situação*: *eu*, situação da pessoa que fala; *meu*, situação daquilo que pertence à pessoa que fala; *este*, situação de proximidade em relação à pessoa que fala, etc. (Lima 2008: 110, grifos do autor).

Ao tratar especificamente dos pronomes pessoais, o gramático define-os da seguinte maneira:

*Pronomes pessoais* são palavras que representam as três pessoas do discurso, indicando-as simplesmente, sem nomeá-las. A primeira pessoa, aquela que fala, chama-se *eu*, com o plural *nós*; a segunda, *tu*, que é a com que se fala, com o plural *vós*, a terceira, que é a pessoa ou coisa de que se fala, é *ele* ou *ela*, com os plurais respectivos, *eles* ou *elas*. (Lima 2008: 110, grifos do autor).

Destacamos da reflexão de Rocha Lima, a ideia de o pronome conter um vazio em termos de conteúdo semântico, por ter, justamente, significação atrelada à situação de fala. É interessante observar a distinção, embora não destacada pelo gramático, entre os pronomes “eu/nós” e “tu/vós” em relação a “ele/ela”, visto este último par admitir variação morfológica de gênero e número, enquanto a forma “nós” apresenta um plural que não indica vários “eus”, mas inclui o “eu” com o interlocutor/interlocutores e/ou com outros fora da interlocução (“eles/elas”) e não apresenta marca de gênero. Como tratar essas diferenças, se considerarmos os pronomes em uma rede de relações, no sistema da língua portuguesa, e em seus usos? Essa questão ficará por ora suspensa e nos encaminhamos para a proposta de descrição dos pronomes por Cunha e Cintra.

Partindo da ideia de Slama-Casacu (1961) de que a linguagem é o conjunto de processos que possibilita a aquisição e o emprego concreto de uma língua, Cunha e Cintra (2008) afirmam que o termo “linguagem” comporta qualquer sistema de

sinais que sirva para a comunicação social: “desde que se atribua valor convencional a determinado sinal, existe uma *linguagem*” (Cunha; Cintra: 2008: 1, grifo dos autores). Isto significa dizer que, nessa concepção, há diversos tipos de linguagem, no entanto a linguagem de que a linguística se ocupa é “a linguagem falada ou articulada” (Cunha; Cintra 2008: 1).

A língua, por sua vez, é compreendida como um sistema gramatical que pertence a um grupo de indivíduos e como um meio pelo qual a sociedade concebe o mundo. Assim, vê-se, nessa perspectiva, uma relação entre língua e sociedade que se evidencia na seguinte passagem: “[a língua é a] utilização social da faculdade da linguagem, **criação da sociedade**, não pode ser imutável; ao contrário, tem de viver em perpétua evolução, **paralela à do organismo social que a criou**” (Cunha; Cintra 2008: 1, grifos nossos). Logo, o sistema linguístico é implicado pela sociedade, que preexiste à língua e determina suas possibilidades de uso; isso torna possível afirmar que “a língua [está] fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade” e que, embora mutável devido às forças de inovação, há forças de conservação que garantem “a superior unidade de um idioma” (Cunha; Cintra 2008: 4).

Assim, na esteira de Coseriu (1973: 55 apud Cunha; Cintra 2008: 8), os autores entendem que há, na língua, normas que dizem respeito “ao que já se disse e tradicionalmente se diz na comunidade considerada”, e, a partir dessa consideração – de que há tanto variantes quanto normas tradicionalmente reconhecidas na sociedade linguística –, buscarão descrever o funcionamento da língua portuguesa. É com essa concepção que os gramáticos procuram sistematizar os pronomes, que, para eles, desempenham duas funções, comuns a todos os elementos nominais, na oração: podem ser pronomes substantivos – quando aparecem isolados na frase cumprindo a função de substantivo – ou pronomes adjetivos – quando modificam o substantivo acompanhante, como se fossem um adjetivo (cf. Cunha; Cintra 2008: 289). Além disso, os autores consideram as seis espécies canônicas de pronomes: os pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos e indefinidos. Para fins de delimitação, neste artigo consideraremos apenas a primeira espécie.

Os pronomes pessoais, conforme Cunha e Cintra (2008: 290), caracterizam-se, em primeiro lugar, por denotarem as três pessoas gramaticais: “(a) *quem fala* = 1ª pessoa: *eu* (singular), *nós* (plural); (b) *com quem se fala* = 2ª pessoa: *tu* (singular), *vós* (plural); (c) *de quem se fala* = 3ª pessoa: *ele, ela* (singular), *eles, elas* (plural)”

(grifos dos autores). A terceira pessoa, no entanto, encerra uma característica particular, porque pode representar uma forma nominal anteriormente expressa na oração. Essa segunda característica é ilustrada pelos seguintes exemplos:

Santas virtudes primitivas, ponde  
Bênçãos nesta **Alma** para que **ela** se una  
A Deus, e vá, sabendo bem por onde...  
(A. de Guimaraens, *OC*, 149)

Levantaram **Dona Rosário**, quiseram levadá-la, embora **ela** se opusesse,  
choramingasse um pouco, dissesse que não lhe era possível fazê-lo.  
(M.J. de Carvalho *AV*, 137)

(Cunha; Cintra 2008: 290, grifos dos autores)

Por fim, a terceira característica dos pronomes pessoais, apontada pelos autores, é a de que eles variam em forma de acordo com a função sintática que desempenham na oração e com a acentuação que recebem. Desse modo, os pronomes pessoais classificam-se da seguinte maneira:

- (1) Como pronomes retos, quando ocupam, na oração, a função de sujeito, de predicativo do sujeito ou de vocativo (função própria da segunda pessoa);
- (2) Como pronomes oblíquos átonos, quando ocupam, na oração, a função de objeto direto;
- (3) Como pronomes oblíquos tônicos, quando ocupam a função de objeto indireto, de complemento nominal, de agente da passiva, de adjunto adverbial ou mesmo de objeto direto, desde que antecedido por preposição.

Apresenta-se, desse modo, sempre uma forma definida às possibilidades de função que um pronome pode ocupar na oração, a qual vem a ser, desse modo, o universo em que os termos da língua se organizam. Há, portanto, um leque de possibilidades, embora numerosas, limitadas de emprego dos pronomes e, para cada uma delas, uma forma destinada que terá seu valor na oração de acordo com as referências possíveis.

Retornando à caracterização dos pronomes pessoais pelas pessoas gramaticais, cumpre notar que a gramática de Cunha e Cintra elenca diversas possibilidades de empregos a cada uma dessas pessoas, empregos que variam conforme as circunstâncias em que se utiliza a oração.

A primeira pessoa do singular (eu), por exemplo, pode ser designada pela sua forma no plural (nós) se se quer evitar um tom muito impositivo ou pessoal, dando a impressão de que as ideias que apresenta são compartilhadas com os interlocutores,

expressando-se como porta-vozes do pensamento coletivo – o chamado “plural de modéstia” (cf. Cunha; Cintra 2008: 297). Além do plural de modéstia, esses gramáticos trazem “o plural de majestade”, que, segundo eles, foi usado outrora pelos reis de Portugal – e ainda hoje o é pelos altos dignatários da Igreja – como símbolo de grandeza e poder de suas funções. Em nota, Cunha e Cintra observam que o “nós majestático” deveria ser uma fórmula de modéstia: o rei confundindo-se com a nação, que falava por sua boca. Também na Igreja seria, no princípio, uma forma de humildade, em que os prelados se solidarizavam com os seus fiéis dentro de uma comunidade mediante o emprego de “nós”. No entanto, destaca que tal plural perdeu esse valor original, porque passou a ser sentido como uma enfática expressão de grandeza, de poder, de majestade do cargo. Já a segunda pessoa (“tu”) pode ser referida pelos chamados “pronomes de tratamento”, que incluem formas como “você”, “o senhor”, “Vossa Excelência”, de acordo, em geral, com a relação de proximidade entre quem fala e com quem se fala ou com a situação – formal ou informal – de uso.

É interessante notar que os pronomes de tratamento, embora se dirijam à segunda pessoa, conjugam-se com o verbo em 3ª pessoa; assim, em português, diz-se “**O senhor** leu o livro”, mesmo que “o senhor” da oração seja a pessoa com quem se fala – o *tu*. Assim, fora do escopo formal do “tu” e do “vós”, assume-se a “pessoa de quem se fala”, a única que pode representar nominalmente algo já referido. Isso se aplica também às outras categorias de pronomes, como os pronomes relativos e indefinidos, que se realizam sempre em termos de predicação.

Destacamos da reflexão de Cunha e Cintra, a ênfase para uma sistematização dos pronomes centrada na sintaxe, no papel que desempenham na frase e na oração. O aspecto semântico dos pronomes de primeira e segunda pessoa em relação aos de terceira escapa à descrição desses gramáticos, embora percebam que a terceira pessoa encerra uma característica particular, porque pode representar uma forma nominal anteriormente expressa na oração, questão que depreendemos que “falta” aos de primeira e segunda pessoas.

Percebemos, portanto, que há uma generalidade na terceira pessoa gramatical, uma vez que é por meio dela que a maioria das conjugações verbais ocorre fora dos empregos de “eu” e de “tu”. Isso pode ser explicado, acreditamos, pelo fato de “ele” não ter um papel “ativo” no discurso, mas ser inserido por meio da retomada no discurso de entidades plenas da própria língua.

Como se apresentam os pronomes na terceira gramática examinada neste estudo, a de Evanildo Bechara? Vamos à proposta do gramático.

Evanildo Bechara, tomando como orientação científica e arcabouço teórico principalmente M. Said Ali, Eugenio Coseriu e J. Mattoso Câmara Jr., vê a linguagem como um sistema de signos simbólicos usados na intercomunicação social. Ele divide a linguagem em cinco dimensões ditas universais: (1) criatividade – a linguagem, como forma de cultura, manifesta-se como atividade livre e criadora; (2) materialidade – coloca a linguagem primeiramente como condicionada a instância fisiológica e psíquica; (3) semânticidade – considera a parte semântica da linguagem, já que nela tudo significa; (4) alteridade – como consequência da semânticidade, pois significar implica a natureza político-social do homem como falantes e ouvintes e, também, como cofalantes e coouvintes; (5) historicidade – aqui a linguagem se apresenta sob forma de língua, pois toda língua é acompanhada de sua referência histórica. Das cinco dimensões, a criatividade e a materialidade são universais em todas as formas da cultura; já a semânticidade, diz Bechara, é a “*differentia specifica*” em relação às outras formas, e a alteridade é o “traço distintivo do significar linguístico em relação aos outros tipos de ‘conteúdo’ das formas de expressão e é, por sua vez, **fundamento da historicidade da linguagem**” (Bechara 2009: 29-30, grifos nossos).

Além disso, para o gramático, a linguagem é articulada e se realiza de forma concreta por meio de formas específicas. Para ele, pensar a linguagem apenas como sistema de signos é somente uma maneira ideal de pensá-la; dessa forma, é o ato linguístico a realidade concreta da linguagem. Nesse sentido, Bechara dirá que existe a língua histórica e a língua funcional. Os sistemas que integram a primeira têm três aspectos: o espaço geográfico: é a diversidade dos dialetos; o nível sociocultural: são os diferentes níveis de língua, camadas socioculturais (dialeto social); e, por fim, o estilo ou aspecto expressivo: são os diferentes falares e estilos de língua. Mas é a língua funcional que Bechara diz ser a modalidade que efetivamente está presente nos discursos e textos, indo de encontro, portanto, a uma realidade linguística idealmente homogênea e unitária. A língua, para o gramático, então, é considerada como um sistema de isoglossas (uma linha ideal, imaginária) que é comprovado numa determinada comunidade linguística.

É com essa concepção de língua e linguagem que Bechara inclui, dentro da parte intitulada Gramática descritiva e normativa – na seção sobre as unidades no



enunciado e no item sobre formas e funções – as pessoas do discurso, classificando-as como pronomes. Na sua definição de pronome, podemos perceber uma diferença entre as análises dos gramáticos anteriormente vistos. Os pronomes pessoais são definidos “como o que designam as duas pessoas do discurso e a não-pessoa (*não-eu, não-tu*)” (Bechara 2009: 164, grifos do autor). As pessoas do discurso são apenas duas – “eu”, que corresponde ao falante; “tu”, que corresponde ao ouvinte. Já a terceira pessoa é considerada como uma não-pessoa, distinta das duas primeiras, que é a pessoa não participante da relação comunicativa. A partir de um ponto de vista semântico, Bechara concebe esses pronomes como dêixis, pois “apontam para”, mas estabelece uma distinção entre a “dêixis” contextual, que faz referência a um elemento inserido no contexto linguístico, e uma dêixis “ad óculos”, que aponta ou indica um elemento em relação ao falante. Interessante é a formulação de Bechara para definir os pronomes, valendo-se, como apontado anteriormente, das noções de pessoa e não-pessoa, distinção vinculada à reflexão de Benveniste, que é citado ao tratar da 1ª pessoa do plural, por conceber a forma *nós* como indicação a *eu* mais outra ou outras pessoas, “eu + não-eu”. Vale apontarmos aqui a inserção da nota em que Bechara menciona o linguista para distinguir o plural pronominal e o plural nominal, trazendo a seguinte passagem de “A estrutura das relações de pessoa no verbo”:

Está claro, de fato, que a unicidade e a subjetividade inerente a “eu” contradizem a possibilidade de uma pluralização. Se não pode haver vários “eus” concebidos pelo próprio “eu” que fala, é porque “nós” não é uma multiplicação de objetos idênticos, mas uma *junção* entre o “eu” e o “não-eu”, seja qual for o conteúdo desse “não-eu”. Essa junção forma uma totalidade nova e um tipo totalmente particular, no qual os componentes não se equivalem: em “nós” é sempre “eu” que predomina, uma vez que só há nós a partir de “eu” e esse “eu” sujeita o elemento “não-eu” pela sua qualidade transcendente. A presença de “eu” é constitutiva de “nós” (Benveniste 1995: 256).

Podemos perceber, portanto, que Bechara tem um olhar diferenciado para língua e linguagem quando trata dos pronomes, pois usa uma classificação que leva em conta e dá ênfase ao aspecto semântico em suas definições e aspectos que envolvem a realidade de discurso.

A partir do estudo dos pronomes em três gramáticas – “Gramática Normativa da Língua Portuguesa” (Rocha Lima), “Gramática do Português Contemporâneo” (Cunha e Cintra) e “Moderna Gramática da Língua Portuguesa” (Bechara), tecemos, então, algumas constatações:

- As gramáticas contemplam um modo de descrição herdado da tradição filosófica sobre os fatos da língua portuguesa, mas também trazem reflexões presentes na ciência linguística. No caso dos pronomes, a tradição considera uma suposta simetria entre os pronomes de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> pessoas relacionados a “eu”, “tu” e “ele”. Esse tratamento simétrico comparece nas Gramáticas analisadas. No entanto, as gramáticas, ainda que dialoguem com a tradição, também levam em conta especificidades no tratamento desses pronomes, considerando um em relação aos outros. Por isso, levam em conta, na descrição do sistema pronominal do português, as diferenças entre os pronomes de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> pessoas em relação ao de 3<sup>a</sup> pessoa.

- O tratamento dos pronomes nas três gramáticas examinadas diferencia-se, mas os três gramáticos consideram especificidades de significação dos pronomes, enquanto formas pronominais em relação às formas nominais: 1) Rocha Lima destaca o fato de os pronomes serem “vazios de conteúdo semântico” por conterem significação ocasional vinculada à situação de fala. 2) Cunha e Cintra definem os pronomes pessoais em uma relação denotativa com as três pessoas gramaticais – 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> –, mas observam uma particularidade da 3<sup>a</sup> pessoa, que pode representar uma forma nominal expressa na oração. 3) Bechara traz os pronomes como formas que designam as duas pessoas do discurso e a não-pessoa (“não-eu”, “não-tu”), valendo-se da reflexão linguística benvenistiana.

- A discussão sobre a 1<sup>a</sup> pessoa do plural ganha saliência nas três gramáticas examinadas, que, para os gramáticos, embora tenha o “eu” incluído, não indica vários “eus”. Rocha Lima observa que “nós” inclui o “eu” com o interlocutor/interlocutores e/ou com outros fora da interlocução (“eles/elas”). Cunha e Cintra observam que o falante, ao usar a forma “nós”, e não a forma “eu”, quer evitar um tom muito impositivo ou pessoal, dando a impressão de que as ideias que apresenta são compartilhadas com os interlocutores, nomeando esse uso como “plural de modéstia”. Além disso, salienta o uso de “nós’ de majestade” como modo de enfatizar cargo de poder. Bechara, valendo-se de Benveniste, defende que o “eu” é constitutivo de “nós”, que abarca “eu” e “não-eu”.

- As marcas morfológicas dos pronomes também encaminham os gramáticos a pensarem nas diferenças entre o plural das 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> pessoas e o de terceira, pois, nos de terceira, estão implicadas as marcas morfológicas de gênero e número (“ele- eles/ela-elas”), conforme observa Rocha Lima. Fenômeno bem diferente ocorre com a forma “nós”, que implica “eu” e “não-eu”, como destaca Bechara.

Essas constatações nos encaminham a discutir os pronomes na teorização de linguagem de Émile Benveniste, para quem os pronomes de pessoa distinguem-se dos de não-pessoa, por possibilitarem a comunicação intersubjetiva e ocupação, pelos locutores, de uma posição na linguagem, questão sobre a qual discutiremos na próxima seção.

## **2. OS PRONOMES PESSOAIS: LUGARES DE OCUPAÇÃO DE UMA POSIÇÃO NA LINGUAGEM**

A natureza diferenciada das formas pronominais em relação às formas nominais, de certo modo apontada pelos gramáticos, é o que encaminha à constituição, em Linguística, do objeto de estudo conhecido como enunciação e à reflexão sobre a subjetividade na linguagem. Esse caminho é percorrido por Émile Benveniste em textos como “As relações de pessoa no verbo”, “A natureza dos pronomes” e “Da subjetividade na linguagem”. É como um problema de linguagem e de línguas que o linguista situa os pronomes, conforme vemos em sua argumentação:

A universalidade dessas formas e dessas noções faz pensar que o problema dos pronomes é, ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem. (Benveniste 1995: 277).

A reflexão sobre a presença e ausência de pessoa nos pronomes encaminha Benveniste a pensar na existência de formas mais aparentes como fundamento linguístico da subjetividade na linguagem. Essa distinção entre pessoa e não-pessoa tem seu início no texto “A estrutura de relações de pessoa no verbo”, quando o linguista critica a teoria gramatical clássica por colocar em simetria a noção de pessoa em verbos e em pronomes: a primeira pessoa relacionada a quem fala; a segunda pessoa, a com quem se fala; e a terceira pessoa, a de quem se fala. Trata-se de uma herança vinda da gramática grega e, como tal, as gramáticas das línguas modernas a conservam. É o caso das gramáticas examinadas, que, embora apresentem uma reflexão sobre a diferença de “eu-tu” (1ª e 2ª pessoas) em relação a “ele” (3ª pessoa) – conforme explicita Bechara –, consideram todos os pronomes simetricamente como pronomes pessoais e os contemplam como tais também nas relações de pessoa no verbo.

Ao examinar diferentes línguas, Benveniste conclui que

as duas primeiras pessoas não estão no mesmo plano que a terceira, que esta é sempre tratada diferentemente e não como uma verdadeira “pessoa” verbal e que a classificação uniforme dessas três pessoas paralela não convém ao verbo dessas línguas.” (Benveniste 1995: 252).

O linguista questiona a legitimidade da terceira pessoa em relação à primeira e à segunda pessoas, pois, nas duas primeiras, há concomitantemente uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa, enquanto na terceira pessoa, porém, um predicado é enunciado fora da relação de interlocução “eu-tu”. É o que vemos em sua argumentação:

*Eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre “eu”: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir de “eu”; e, ao mesmo tempo, eu enuncia algo como um predicado de “tu” (Benveniste 1995: 250, grifos do autor).

Com base na teoria linguística saussuriana, em que cada entidade se define na relação de oposição com outras, Benveniste procura verificar o que fundamenta a diferença entre as pessoas verbais: a correlação de pessoalidade e a correlação de subjetividade. Pela primeira correlação, vinculada ao traço de **unicidade**, distingue as pessoas “eu-tu” de “ele”, considerado não-pessoa. Isso porque o “eu” que enuncia e o “tu” para quem se dirige são cada vez únicos, enquanto a forma “ele” pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum; é a forma pela qual uma “coisa” é predicada verbalmente, sem a designação presente em “eu” e “tu”. Além disso, nessa correlação, além da unicidade, há a característica de **inversibilidade**, já que “eu” e “tu” podem inverter-se na relação interlocutiva, diferentemente de “ele”, tema do discurso. Pela segunda correlação, Benveniste distingue “eu” e “tu”: “eu” é pessoa subjetiva, e “tu” é pessoa não-subjetiva. Nessa correlação, há as características de transcendência, visto o “tu” ser proposto pelo “eu”, e de interioridade, porque “eu” é interior ao enunciado e exterior a “tu”, sendo que a exterioridade de “tu” não suprime a realidade humana do diálogo. Essas correlações, como aponta Barthes (1988), definem-se na relação entre presença e ausência, conforme atesta a seguinte passagem:

Toda linguagem, como já mostrou Benveniste, organiza a pessoa em duas oposições: uma correlação de personalidade que opõe a pessoa (eu ou tu) à não-pessoa (ele), signo daquele que está ausente, signo da ausência; e interior a essa primeira grande oposição, uma correlação de subjetividade opõe duas pessoas, o eu e a pessoa não-eu (isto é, o tu) (Barthes 1988: 34).

Essa discussão das pessoas “eu” e “tu” e a não-pessoa “ele” encaminha Benveniste, nesse mesmo texto, a também pensar no caso do plural: “Está claro, de fato, que a unicidade e a subjetividade inerentes a “eu” contradizem a possibilidade de uma pluralização” (Benveniste 1995: 256). A partir disso, conclui que o plural da forma “nós” não equivale a vários “eus”, mas uma junção entre “eu” e “não-eu”. A presença de “eu” é constitutiva de “nós”, mas e o “não-eu”, implícito a essa forma plural, a quem se refere? Para o linguista, o “não-eu” implícito e necessário em “nós” é notoriamente susceptível de receber, em línguas muito diversas, dois conteúdos precisos e distintos: eu + vós (tu/você/vocês) e de outra eu + eles. São as formas inclusiva e exclusiva que diferenciam o plural pronominal e verbal numa grande parte de línguas, entre as quais podemos citar a língua portuguesa. A característica inclusivo-exclusivo, nesse caso, diz respeito à noção de pessoa de “tu/vós” – considerados segunda pessoa – em relação a “ele/eles” – considerados não-pessoa. Novamente, Benveniste salienta a oposição pessoa/não-pessoa nas formas pronominais e destaca uma diferenciação interessante sobre esse próprio princípio da pessoa:

em “nós” inclusivo, que se opõe a “ele, eles”, é “tu” que sobressai, enquanto em “nós” exclusivo, que se opõe a “tu, vós”, é o “eu que é sublinhado. As duas correlações que organizam o sistema das pessoas no singular se manifestam na dupla expressão de “nós”. (Benveniste 1995: 257).

Além desses usos de “nós”, há um “eu dilatado”, acrescido de contornos vagos. De um lado, um uso de “nós” como uma pessoa maciça e solene – “nós” de majestade –, conforme também apresentado por Cunha e Cintra (2008); de outro lado, um emprego de “nós” que atenua a afirmação muito marcada de “eu” – “nós” de autor ou de orador. Em usos de algumas línguas, destaca o linguista, há “expressões nas quais se misturam a necessidade de dar a “nós” uma compreensão indefinida e a afirmação voluntariamente vaga de um “eu” prudentemente generalizado” (Benveniste 1995: 258). Ao finalizar o texto, o linguista adverte que a distinção ordinária entre singular e plural deve ser interpretada na ordem da pessoa, pois somente a “terceira pessoa”, sendo a não-pessoa, admite um verdadeiro plural.

Como atesta Flores (2013), o alcance dessa dupla conceitual pessoa/não-pessoa não se esgota nesse texto. Podemos, em diálogo com este autor, defender que essa dupla conceitual é o embrião para Benveniste tratar da passagem de locutor a sujeito no movimento de atualização da língua em discurso, por meio de um ato de

enunciação, e para inserir a referência no quadro do discurso, e não como exterior a esse quadro.

É em “A natureza dos pronomes” que Benveniste situa o problema dos pronomes pessoais distintos das formas nominais, porque vinculados aos “atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavras por um locutor” (Benveniste 1995: 277). Está posta a problemática da enunciação, ainda que o termo apareça sem a noção tal como delineada mais tarde em “O aparelho formal da enunciação”: há formas que estão relacionadas à presença/posição dos interlocutores na linguagem.

Benveniste inicia falando da universalidade dessas formas e noções que nos levam a entender que o problema dos pronomes é um problema de linguagem e de língua ao mesmo tempo, ou seja, o linguista os apresenta como um fato de linguagem, mostrando que não são uma classe unitária: uns pertencem à sintaxe, e outros à instância de discurso. É nesse lugar que situa os pronomes pessoais. Para o linguista, essa noção se estende apenas para “eu” e “tu”, referindo-se unicamente a uma realidade de discurso. “Eu”, sendo aquele enuncia e só pode ser identificado pela instância de discurso que o contém, ou seja, não tem valor a não ser na instância em que foi produzido.

Nesse sentido, “eu” é um signo móvel, que pode ser assumido, diz Benveniste, por todo locutor, sempre remetendo à instância de seu próprio discurso. A pessoa “eu”, além disso, designa o seu locutor, e implanta o seu interlocutor, o “tu”, instaurando a comunicação intersubjetiva e a experiência humana na linguagem. Essa experiência humana na linguagem está relacionada ao emprego das formas vazias de língua pelo locutor, que as assume para fazer referência a si próprio, conforme argumenta Benveniste na passagem a seguir:

Assim, pois, é ao mesmo tempo original e fundamental o fato de que essas formas “pronominais” não remetem à “realidade” nem a posições “objetivas” no espaço ou no tempo, **mas à enunciação**, cada vez única que as contém, e refletem assim o seu próprio emprego. A importância da sua função se comparará à natureza do problema que servem para resolver, e que não é senão o da comunicação intersubjetiva. A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de **signos “vazios”**, não referenciais com relação à “realidade”, sempre disponíveis, e que se tornam **“plenos”** assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso (Benveniste 1995: 280, grifos nossos).

Aqui Benveniste coloca a problemática da enunciação através da comunicação intersubjetiva instaurada por meio dos signos vazios “eu” e “tu” que se tornam plenos

quando um locutor se apropria da língua, tornando-se sujeito e colocando um “tu” diante de si. O “tu”, por sua vez, também pode tornar-se “eu” quando se apropria de sua língua ao pronunciar essa forma. Os locutores, assim, propõem-se como sujeitos de forma alternada. Se essas formas são cada vez únicas, cada vez que pronunciadas ou referidas através do discurso, elas, portanto, remetem à enunciação, e não a uma realidade ou a uma posição objetiva. A comunicação intersubjetiva, dessa forma, realiza-se por meio de um ato enunciativo, pois seus participantes existem na medida em que são atualizados na instância de discurso e marcam cada um, em suas instâncias, o processo de apropriação da língua em uma realidade de discurso única.

Benveniste também cita o que ele chama de a “não-pessoa”: “ele”, “terceira pessoa”, que é totalmente diferente pela sua função e pela sua natureza. “Ele” escapa à condição de pessoa, pois não remete a si mesmo, mas a uma situação “objetiva”. O linguista afirma que “ele” representa o membro não marcado na correlação de pessoa (eu/tu):

É por isso que não há truísmo em afirmar que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva (Benveniste 1995: 282, grifos do autor).

A descrição do “ele”, ou da não-pessoa, então, está situada fora da instância de discurso, marcada pela ausência daquilo que faz linguisticamente “eu” e “tu”.

Após os dez anos que se passaram entre a publicação de “Estrutura das relações de pessoa no verbo” e “A natureza dos pronomes”, Benveniste, dois anos mais tarde, retoma a questão pronominal em um artigo publicado no “Journal de psychologie”, através do conceito de **subjetividade**, que, embora há muito conhecido pela psicologia, ainda não havia sido contemplado pela linguística (Flores 2013: 97).

A primeira questão que Benveniste introduz neste texto é a respeito de a linguagem ser considerada um instrumento de comunicação, ideia que, segundo o linguista, deve nos encher de desconfiança por tratar da linguagem de uma maneira tão simplista. Para o autor, considerar a linguagem como instrumento é opor o homem à sua natureza, uma vez que a linguagem faz parte da natureza do homem, que não a fabricou. Assim se pode atestar porque

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem. (Benveniste 1995: 285)

Desse modo, é pela condição do homem de estar na linguagem que se possibilita a comunicação, o que torna indissociável a relação homem-linguagem e a constituição do **sujeito**, que se dá “na” e “pela” linguagem, “porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (Benveniste 1995: 286, grifo do autor). A partir dessas considerações a respeito da condição antropológica do homem na linguagem, Benveniste introduz a subjetividade como “a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (Benveniste 1995: 286), proposição que se fundamenta a partir da condição linguística de pessoa, ou seja, da emergência do “eu”.

No entanto, apesar de Benveniste afirmar que “é ‘ego’ quem *diz ego*”, o autor também afirma que a consciência de si enquanto sujeito se experimenta por contraste; assim “eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém que será na minha alocução um *tu*” (Benveniste 1995: 286, grifos do autor): eis a condição de intersubjetividade. Quando me proponho como “eu” no discurso, implico o outro diante de mim, como “tu”; essa polaridade “eu-tu” é condição fundamental ao processo de comunicação. Além disso, embora seja uma experiência contrastante e interdependente, a posição de “eu” é sempre transcendente à de “tu”, pois “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso” (Benveniste 1995: 286, grifos no original).

Essa passagem, conforme destaca Flores (2013), encerra noções importantes na diferenciação dos termos locutor, sujeito e pessoa. Enquanto o homem, para Benveniste, designa a condição humana de estar na linguagem, locutor se compreende no ato de apropriar-se da língua para marcar-se como sujeito no discurso. A categoria de pessoa, por sua vez, é a categoria linguística que fundamenta a subjetividade, apresentando-se pela forma linguística “eu”. Desse modo, assim como “tu”, “eu” deve ser considerado como uma forma linguística que indica a “pessoa” (Benveniste 1995: 287).

A categoria de pessoa é concebida por Benveniste como uma categoria universal das línguas, já que “uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível” (Benveniste 1995: 287). Embora alguns idiomas possam não deixar explícita essa



categoria, há outras formas que sublinham seu valor; assim o valor de pessoa se configura mesmo implicitamente.

Considerando, portanto, que a subjetividade ocorre no momento em que o locutor, ao se apropriar da língua, marca-se linguisticamente como “eu” – explícita ou implicitamente –, cabe afirmar que “*eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor” (Benveniste 1995: 288, grifo do autor), e não pode ser identificado fora da instância de discurso; sua referência é sempre uma referência constituída no discurso.

Desse modo, Benveniste considera que “os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem” (Benveniste 1995: 288), já que, a partir de sua emergência, instaura-se a instância discursiva e emergem os indicadores da dêixis (pronomes demonstrativos, relativos, advérbios), que organizam as relações espaço-temporais a partir dessa instância. Assim, esses indicadores e os pronomes pessoais têm em comum o traço linguístico de serem constituídos apenas na instância singular do discurso e sob dependência do “eu”, ampliando o domínio da subjetividade: a organização linguística de espaço e tempo é dada pela enunciação. O aqui-agora que implica a instância enunciativa é o que determina o que está longe ou perto, o que é passado e o que é futuro.

Essa organização só é possível pela própria linguagem, que possibilita a subjetividade através de “formas vazias” das quais o locutor se apropria para referir e co-referir no discurso com o outro. Logo, “a instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito e das quais apenas designamos sumariamente as mais aparentes” (Benveniste 1995: 289). Além disso, a subjetividade implica mudanças no efeito de sentido dos chamados verbos de fala<sup>4</sup>.

Segundo Benveniste, verbos como jurar, prometer e certificar “são verbos que denotam pelo seu sentido um ato individual de alcance social” (Benveniste 1995: 292). Ao dizer “eu juro”, nas palavras do linguista sírio, coloco sobre mim a realidade do juramento: “Essa enunciação é um *cumprimento*: ‘jurar’ consiste precisamente na enunciação *eu juro*, pela qual o *Ego* está preso [...] é o próprio ato [de enunciar] que me compromete” (Benveniste 1995: 292, grifo do autor). No entanto, ao se dizer “ele

---

<sup>4</sup> Em francês, Benveniste utiliza a expressão *verbes de parole*. Concordamos com Flores (2013: 103), em nota, quando afirma que a utilização de “verbos de fala”, ao invés de “verbos de palavra”, como se traduz na edição em português, é mais próxima “da reflexão benvenistiana e da inspiração em Saussure, constante em Benveniste”.

jura”, apenas se descreve o ato de jurar; assim, assumir o verbo como sujeito ou conjugá-lo fora da noção de pessoa implica uma modificação substancial de sentido.

O que se evidencia nesse exemplo é a correlação de pessoalidade, que abordamos anteriormente. Por ser pessoa, ao se jurar, “eu” está implicado no ato discursivo, por isso, jura no ato; diferente de “ele”, que é a não-pessoa, mas “a coisa predicada”, e logo é apenas descrito por um “eu”, que predica uma ação que não está posta no discurso.

O estudo sobre os pronomes em Benveniste nesses três textos – “As relações de pessoa no verbo”, “A natureza dos pronomes” e “Da subjetividade na linguagem” – permite-nos fazer as seguintes pontuações:

- A questão dos pronomes, para esse autor, apresenta-se como uma questão universal, uma vez que não há língua que não apresente – implícita ou explicitamente – a categoria de pessoa.

- A categoria de pessoa é o que possibilita a comunicação intersubjetiva para que seja constituída também a não-pessoa no discurso, do que ou de quem o discurso trata.

- A linguagem e, portanto, as línguas, de algum modo, propõem formas “vazias” das quais cada locutor em exercício do discurso se apropria para referir a sua “pessoa”, definindo-se, ao mesmo tempo, a si mesmo como “eu” e a um parceiro com o “tu”.

- Os pronomes de pessoa são formas vazias e móveis da língua, que se tornam plenas no ato enunciativo.

- A linguagem é, pois, possibilidade da subjetividade pelo fato de conter formas linguísticas apropriadas à sua expressão e, por isso, o discurso provoca a emergência da subjetividade.

- A forma “nós” produz diferentes sentidos no ato enunciativo, em que o *eu* está sempre implicado: traz juntamente com o “eu” um “não-eu” implícito. Esse “não-eu” pode ser o “tu + ele (eles)”, pode ser “tu + você (vocês)” e pode ser “ele (eles)”. Nos primeiros casos, temos o “nós inclusivo”, no último caso, o “nós exclusivo”. Além disso, há um “eu” dilatado, acrescido de contornos vagos. De um lado, um “nós” de uma pessoa maciça e solene – “nós de majestade” –, de outro lado, um emprego de “nós” que atenua a afirmação muito marcada de “eu” – “nós de autor” ou “de orador”.

- Benveniste distancia-se da herança grega que trata os pronomes pessoais de forma simétrica, apresentando, por suas diferenças, uma hierarquia nesse

tratamento. A noção de pessoa, desse modo, é própria apenas de “eu” e de “tu”, uma vez que são sempre únicos, com referência às pessoas do ato enunciativo, e reversíveis; diferentemente de “ele”, a “não-pessoa”, que possui referência singular no ato de enunciação, mas atrelada a formas nominais com sentido pleno e partilhado pelos interlocutores.

- A distinção pessoa/não-pessoa efetua, de um lado, a operação intersubjetiva (relação “eu-tu”) e, de outro lado, a operação de referência, que fundamenta a possibilidade de discurso sobre o que não é alocação. Esse duplo sistema relacional é que possibilita o emprego da língua.

- A condição de intersubjetividade, com formas apropriadas à sua expressão, é a única que torna possível a comunicação linguística.

Com essas pontuações, passamos, na próxima seção, à análise de alguns fatos de linguagem.

### **3. COMO OS PRONOMES DE PESSOA E NÃO-PESSOA PRODUZEM REFERÊNCIA NA ENUNCIÇÃO?**

Nesta seção, ilustramos, com alguns fatos de linguagem, a importância de se considerar que o sentido e a referência das formas pronominais estão vinculados à enunciação que as contém. Por isso, foram selecionados quatro fatos de linguagem, com o objetivo de responder à questão: **Como os pronomes pessoais, formas vazias, tornam-se plenas nos atos de enunciação?**

Os fatos são heterogêneos por envolverem diferentes situações de uso: o primeiro diz respeito à aquisição da linguagem; o segundo, a uma solicitação de produção textual; o terceiro, ao fragmento de uma escrita acadêmica e o quarto, a uma carta escrita pelo Imperador D. Pedro II à sua irmã.

O primeiro fato de análise faz parte da pesquisa de Silva (2009) e integra o livro “A criança na linguagem: enunciação e aquisição”. Esse fato de aquisição da linguagem é aqui retomado para refletirmos sobre as correlações de pessoalidade e subjetividade, conforme Benveniste (1995), e para atestarmos que há diferenças, no modo de significar, entre as formas pronominais e nominais, questões tematizadas pelas Gramáticas presentes na primeira seção deste estudo.

## Fato de análise 1

Participantes:	CAR (tia, filmando), FRA (criança)
Idade da criança:	2;05.23
Situação:	FRA está em casa de sua AVÓ, conversando com CAR.
1 Com:	CAR sai para comprar bala e volta.
2 CAR:	adivinha o que qui a tia trouxe? O que qui a tia trouxe pra Queca lá do armazém?
3 FRA:	o quê?
4 CAR:	adivinha o que qui a tia trouxe?
5 FRA:	ãh?
6 CAR:	é
7 FRA:	pu que, quem é toxi?
8 CAR:	ãh?
9 FRA:	quem é toxi?
10 CAR:	eu trouxe
11 FRA:	dexa eu vê tão

Vemos, nesse fato, o papel fundamental que o **índice específico de pessoa subjetiva** “eu” assume para a constituição dos sentidos na enunciação, pois, enquanto CAR se vale de formas de não-pessoa (tia, Queca) e não dos índices que situam as pessoas do discurso, “eu” e “tu”, a criança mostra, via interrogação, o seu não entendimento do discurso de CAR (linhas 3, 5, 7 e 9). Na linha 7, a criança ainda indaga: “Quem é toxi?”, e repete a interrogação na linha 9: “pu que, quem é toxi”, supondo que seja alguém situado fora da relação enunciativa “eu” e “tu”. Quando CAR se declara locutor “eu”, o diálogo enunciativo é redirecionado, e FRA também enuncia sua posição de locutor, “dexa eu vê tão”, por meio do índice de pessoa subjetiva com o procedimento da intimação como um apelo ao outro para que mostre o que está causando suspense na situação enunciativa.

Esse fato demonstra o quanto as relações de pessoa/não-pessoa são importantes para que a comunicação intersubjetiva se estabeleça. Enquanto CAR se vale das formas de não-pessoa para designar a si como locutor (tia) e o outro como alocutário (Queca), FRA mostra seu não entendimento ao discurso, pois compreende “tia” como forma plena e como relacionada a alguém situado fora da relação de interlocução. Embora “tia” e “Queca” sejam formas de não-pessoa, conforme vimos em Benveniste (1995), com uma significação constante, porque são formas nominais com significação plena na língua, CAR as utiliza como formas que remetem a CAR e FRA como pessoas do discurso, “eu” e “tu”, que podem se inverter na alocação. Para a criança, no entanto, essas formas plenas não podem ocupar um lugar do/no discurso, apenas referir-se a algo exterior à alocação; desse modo, apenas pela emergência dos índices de pessoa, os quais são signos vazios, que se tornam plenos no ato

enunciativo, a criança assegura seu lugar no diálogo como pessoa-subjetiva e reconhece o outro como pessoa de discurso.

O segundo fato de análise faz parte da proposta de produção de textos no âmbito do Programa de Apoio à Graduação – Projeto leitura e produção de textos em Língua Portuguesa –, que se realizou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul no período de 2010 a 2015. Nas atividades do projeto, as propostas de produção de textos procuravam valorizar a nova realidade do aluno, a Universidade, para resgatar os sentidos produzidos para essa realidade. Por isso, a proposta de escrita elaborada pela equipe – professor coordenador e alunos de mestrado e doutorado do PPG-Letras em estágio docente – procurava valorizar a história de relações do aluno com o **seu** mundo e com o uso da língua para ressignificá-las. Além disso, essas propostas buscavam convocar o outro a escrever por meio do uso de formas de pessoa. A solicitação de produção de textos exposta a seguir, constituída no âmbito desse projeto, ilustra um funcionamento interessante da forma “nós”, que apresenta diferentes relações de pessoa no verbo, ainda que o “eu” esteja sempre incluído.

## Fato de análise 2

1 Quando **entramos** na Universidade, **deparamo-nos** com muitas situações novas e  
2 inusitadas, como **pudemos** conhecer através da leitura dos textos dos colegas em nossas  
3 últimas aulas. Com certeza, uma dessas novíssimas situações é o famoso “trote”, esse ritual de  
4 passagem quase que “obrigatório” presente na entrada dos calouros nas universidades. Afinal,  
5 quem nunca viu ou sofreu/participou de um trote? **Estamos solicitando** a você que escreva  
6 um texto que narre essa experiência, que pode ter sido vivida, observada ou presenciada. Ao  
7 escrever seu texto, leve em consideração o que já **estudamos e discutimos** em sala de aula  
8 – a questão da “unidade textual” (essa característica que nos permite recortar os  
9 acontecimentos no ato de escrita para que o leitor possa recuperar os elementos principais da  
10 história) e os elementos, a estrutura e as qualidades da narrativa.

(Proposta de produção do PAG – Leitura e Produção de textos)

Nesse fato de análise, podemos perceber que o uso de “nós” diz respeito à alocação de outras pessoas no enunciado, na maioria das vezes, inclusive, incorporando a não-pessoa nesse plural. Na linha 1, por exemplo, os verbos “entramos” e “deparamo-nos” dizem respeito à inclusão, além de “eu”, em seu próprio dizer, e de “tu”, a pessoa a quem essa proposta se endereça, de uma comunidade inteira que compartilha a entrada em uma Universidade, apontando, portanto, à não-pessoa que está ausente da alocação. Já os verbos das linhas 2 e 7, “pudemos”, “estudamos” e “discutimos”, retomam uma experiência compartilhada por “eu”, “tu” e por outra não-pessoa, a saber, os membros do PAG – colegas e

professores que estiveram presentes em sala de aula, compartilhando a leitura dos textos e desenvolvendo habilidades de escrita.

Coisa diferente ocorre com o verbo da linha 5. “Estamos solicitando” não inclui a pessoa não-subjetiva “tu”, mas sim o próprio sujeito “eu” e outra não-pessoa, dessa vez os outros professores que compõem o corpo docente do PAG. Não cabe, assim, afirmar que a forma plural “nós” é um modo de atenuar a marcação subjetiva e de incluir o alocutário na enunciação. Nesse fato enunciativo, a forma “nós” diz respeito de fato à incorporação de outros que não são “eu”, nem sempre, inclusive, incluindo o “tu” no dizer.

Essa análise condiz com o apontamento de Benveniste em “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, quando o autor afirma que, em nós, há uma predominância do “eu” que se combina com um fator de inclusão ou de exclusão do outro, sendo, portanto, necessária a verificação do próprio ato enunciativo para compreender “de que ‘nós’ se fala”. Logo, embora Benveniste ressalve que a referência desse pronome não se dê em um verdadeiro plural, a característica inerente aos pronomes pessoais – de serem signos vazios que se tornam plenos na instância de discurso, ou seja, que têm sua referência estabelecida no acontecimento enunciativo singular – se mantém, evidenciando, portanto, a condição de pessoa implicada por esta forma.

O terceiro fato de análise é um trecho da introdução do livro “A Criança na Linguagem: enunciação e aquisição” (Silva 2009: 18). Essa passagem ilustra um uso de “nós” (“eu dilatado”) bastante presente em textos de gênero acadêmico. Esse uso se relaciona ao que Benveniste nomeia como “nós de autor/orador”, que atenua a posição marcada de “eu”. A reflexão sobre esse uso na comunicação intersubjetiva será realizada a seguir.

### Fato de análise 3

1 O desafio que ora **enfrentamos** é o de trazer para o campo *Aquisição da Linguagem*  
2 um olhar enunciativo para a fala da criança e, para o de *Enunciação*, a aquisição da linguagem  
3 como objeto de estudo. Com a concepção de que os saberes são complementares,  
4 **constituímos** a base de sustentação do diálogo que estrutura a relação entre o campo da  
5 *Enunciação* e o de *Aquisição da Linguagem*. **Falamos** aqui em complementaridade no  
6 sentido de vai-e-vem, em que a *Linguística da Enunciação* possibilita a produção de um saber  
7 para campo *Aquisição da Linguagem* do mesmo modo que a linguagem da criança interroga o  
8 campo da *Linguística da Enunciação*. Esse diálogo, a nosso ver, permitiu a constituição de um  
9 novo saber para os dois campos, já que não foi possível simplesmente fazer uma aplicação da  
10 teoria da enunciação oriunda de Benveniste aos dados da criança. E aí **ousamos** produzir  
11 princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem para, a partir daí, analisar a  
12 fala da criança. (Silva 2009: 18).

É muito comum em textos acadêmicos encontrarmos o uso do que Benveniste chama de um “eu dilatado” ou “pessoa amplificada”, ou seja, uma junção entre o “eu” e o “não-eu” (utilizando os próprios termos de Benveniste). Como já é sabido, isso não implica somente uma pluralização – pois a unicidade e a subjetividade próprias do “eu” negam qualquer possibilidade nesse sentido –, tampouco é apenas uma junção de dois elementos definíveis – como “eu + ele”, “eu + tu” ou “eu + vós”; vai muito além disso. Aqui analisaremos o “nós” como “eu” dilatado, que atenua a afirmação muito marcada de *eu*. Benveniste diz que as expressões da pessoa verbal estão organizadas por duas correlações constantes (Benveniste 1995: 258): a primeira de pessoalidade, que coloca em oposição “eu/tu” em relação à não-pessoa “ele”; a segunda, de subjetividade, que opõe “eu” a “tu” e é interno à que precede. As relações de pessoa nos verbos destacados no texto, “enfrentamos”, “constituímos”, “falamos” e “ousamos” mostram-nos que existe um “eu” que se amplifica por meio de “nós”, marcado na desinência verbal, pois inclui em seu dizer, em sua enunciação, um “eu” difuso, misturado a um “eu” e “ele”. Ou seja, o “nós”, como 1ª pessoa, também é um signo vazio que se torna pleno quando entendemos que este “eu amplificado” é preenchido no momento da leitura do texto acadêmico em determinado contexto.

Sabemos que existe aí um autor do texto, mas que se enuncia por meio de um “nós”, com atenuação de “eu” para constituir a comunicação intersubjetiva de modo menos impositivo. Ao longo de todo o texto selecionado no trecho que escolhemos, há a presença desse “eu” dilatado como nos verbos “falamos”, “constituímos”, “ousamos” etc., que mostram justamente esse diálogo (comunicação intersubjetiva) muito comum em textos acadêmicos, em que esse “eu” procura, conforme Benveniste, atenuar a afirmação muito marcada de “eu” em uma expressão ampla e generalizada,

que parece exercer, na relação intersubjetiva, uma função modalizante, que Cunha e Cintra (2008) nomeiam como “plural de modéstia”.

Além dessa forma de plural, Benveniste (1995) traz o “nós” de majestade, também apontado pelos gramáticos Cunha e Cintra (2008), conforme apresentamos anteriormente. Esse uso “curioso” de “nós”, que parece ter caído em desuso, talvez compareça em alguns momentos, quando quem fala está em algum cargo de poder e fala desse lugar social. Neste estudo, apresentamos uma carta de D. Pedro II<sup>5</sup> à sua irmã, retirada do interessante estudo de Jubilato (2011), intitulado “Dom Pedro II, repórter: o discurso jornalístico do Imperador do Brasil”, presente nos Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia.

#### Fato de análise 4

1	Rio 9 de Julho de 1863
02	
03	Cara Mana
04	
05	Tenho andado muito cheio de trabalho estes dias.
06	Nada de novo alem do desenlace da questão ingleza onde a julgo que procedemos digna e
07	moderadamente.
08	
09	Tive noticias tuas pelo Pio.
10	Todos se preparão para as eleições que principião a 9 de Agosto, e espero que sejam tão pacificas
11	como podem ser as eleições n’esses lugares pouco civilizados, embora haja algum
12	encarniçamento nos partidos.
13	A colheita do café é pequena, e temos falta de dinheiro; mas com juizo e tempo tudo se remedia.
14	
15	Adeus! Um abraço ao Luis e outro saudosissimo a ti do
16	
17	Teu Mano do coração
18	Pedro

Neste fato de análise – uma carta escrita pelo Imperador D. Pedro II em 9 de julho de 1863, dirigida à sua irmã, Januária, que vivia na Europa – há menção a acontecimentos históricos (rompimento de relações diplomáticas com a Inglaterra, questões econômicas relacionadas ao café e à política nacional) e aspectos pessoais e afetivos de caráter familiar.

É interessante no texto a oscilação entre as primeiras pessoas do singular e do plural. Quando se dirige à irmã como familiar, vale-se das formas de pessoa subjetiva “eu” (“tenho andado”, “tive notícias”, “espero que sejam”) e de pessoa não-subjetiva “tu” (“notícias tuas”, “outro saudosíssimo a ti”, “do teu Mano”); já quando se dirige à

<sup>5</sup> A carta está transcrita em Edição Paleográfica, conforme texto de Jubilato (2011), presente nos Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia.



irmã como Imperador, como alguém que fala pelo Brasil, comparece um “nós” dilatado, além da pessoa “eu”, ao mesmo tempo “acrescido e de contornos vagos [...] numa pessoa mais maciça, mais solene e menos definida”, como diz Benveniste (1995: 258): é o “nós” de majestade. Esse uso comparece quando trata das questões do Brasil, onde era Imperador. Esse uso aparece na passagem “procedemos digna e moderadamente”, quando trata das relações com a Inglaterra, e na passagem “temos falta de dinheiro”, quando aborda questões econômicas.

Os usos de “nós” destacados parecem não estar sendo utilizados como “enfática expressão de grandeza, de poder, de majestade do cargo”, conforme apontam Cunha e Cintra (2008: 284) sobre o uso do plural de majestade, mas parecem designar uma pessoa solene, que dilata o “eu” para falar como representante da nação numa “pessoa mais maciça”, termo de Benveniste (1995: 258).

As análises aqui esboçadas permitem-nos pensar os pronomes de pessoa como “conchas vazias”, termo do filósofo Dufour (2000), a serem preenchidas a cada ato de enunciação. Por isso, Flores (2013: 191) chama atenção para o fato de que “Benveniste possibilitou ancorar uma linguística verdadeiramente preocupada com as formas de presença do homem na língua: uma presença inventiva, que não poderia ser desvinculada de uma noção de cultura”. O estudo que ora realizamos dos pronomes de pessoa atestam essa presença e mostram que esses usos pronominais, além de incluírem o locutor no seu discurso para implantar seu interlocutor, também o situam na sociedade. É nessa linha que encontramos a interessante argumentação de Teixeira, quando relaciona o estudo dos pronomes em Benveniste a um projeto de uma ciência geral do homem:

mais do que uma descrição de categorias fundamentais da língua, seu estudo sobre os pronomes coloca-nos no âmago de uma problemática da interlocução, pois essas categorias são precisamente aquelas em que se amarram as relações do *eu* com aquilo que é privado da marca do *eu*. E, mais do que isso, coloca em evidência a relação radical da linguagem com o homem. (Teixeira, 2012: 79, grifos da autora).

Nas inúmeras possibilidades de “presenças” do homem na língua (Flores 2013), encontramos os índices de pessoa, que consideramos como “um dos recursos constitutivos que manifestam a condição do homem como ser falante” (Flores 2013: 190). Essa condição é que faz Flores (2013) defender uma antropologia da linguagem em Benveniste que implica uma antropologia da enunciação.

Neste artigo, por meio do estudo dos pronomes nos fatos de análise, vemos delinear-se, no uso dos pronomes, duas oposições: 1) a de alocação - oposição pessoa subjetiva “eu (nós) e pessoa não-subjetiva “tu (vocês)”, que fundamenta a comunicação intersubjetiva; e 2) a de referência “eu-tu/ele” - oposição pessoa/não-pessoa, que fundamenta a possibilidade de discurso sobre o mundo, sobre o que não é alocação. Nessas duas oposições, ainda acrescentamos, a partir de Benveniste (1989: 101), uma nova configuração:

é a inclusão do falante em seu discurso, a consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determina os modos de enunciação.

Os fatos de linguagem analisados atestam diferentes modos de enunciação, que mostram distintas maneiras de inclusão de cada locutor no discurso e de implantação do outro nesse discurso, relacionados aos modos como se colocam na sociedade com sua cultura. Por isso, na interlocução informal oral, a criança espera que seu interlocutor torne plena a forma vazia e móvel “eu” para que ela também possa, no movimento de inversibilidade, ocupar essa posição no discurso. Já os usos de “nós” ora convocam o outro a se enunciar, ora atenuam o “eu” autor e ora situam o locutor em uma relação de autoridade e poder. A língua comparece, assim, como prática humana e social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As reflexões que compõem este trabalho buscaram responder à nossa questão norteadora: como os pronomes pessoais, formas vazias, tornam-se plenas nos atos de enunciação? Para tanto, partimos das reflexões propostas pelas gramáticas de língua portuguesa de modo a verificar como os pronomes pessoais são considerados nesse âmbito de conservação de uma herança grega e, ao mesmo tempo, de diálogo com a ciência Linguística. Da reflexão de Rocha Lima (2008), destacamos sua concepção de pessoas do discurso como indivíduo que fala (*eu*), o indivíduo para quem se fala (*tu*) ou a coisa de que se fala (*ele/ela*). Para esse gramático, os pronomes são de conteúdo semântico vazio. Em sua definição dos pronomes pessoais, coloca como as três pessoas do discurso: *eu/tu* como os interlocutores e *ele/ela* como fora da interlocução. Já Cunha e Cintra (2008) apontam características para os pronomes

peçoais; duas são aqui retomadas. A primeira é que eles denotam três pessoas gramaticais (primeira pessoa singular – quem fala e “nós” sendo seu plural/ segunda pessoa singular – a quem se fala, sendo “vós” o seu plural/ terceira pessoa ele, ela – de quem se fala); já a segunda diz respeito à terceira pessoa, que tem uma característica particular de poder representar uma forma nominal anteriormente expressa. Por fim, analisamos o que Bechara (2009), a partir de um ponto de vista semântico, fala a respeito dos pronomes peçoais. Em sua definição de pronomes peçoais, dedica uma parte apenas para “pessoas do discurso” (*eu/tu*), colocando-as somente como pessoas localizadas do discurso e como as participantes da relação comunicativa; e a não-pessoa (*não-eu, não-tu*), apontando-as como dêixis assim como as outras formas e funções dos pronomes que traz em seguida. Formula também uma reflexão sobre a forma *nós* (*eu + não-eu*), vinculada à abordagem do linguista Émile Benveniste, distinguindo o plural pronominal e o plural nominal.

Após isso, buscamos, na reflexão benvenistiana sobre os pronomes peçoais, um aporte teórico para redimensionar a discussão, trazendo à tona um ponto de vista que se baseia nos pronomes como uma categoria universal, isto é: como um problema de linguagem. Desse modo, ao considerá-los universalmente como categorias vazias que se tornam plenas no ato enunciativo, Benveniste afirma que, a cada enunciação, a inclusão do sujeito em seu dizer e a alocação do outro diante de si dão-se de maneira singular. Isso também ocorre, como vimos, na questão do plural: embora “nós” não seja um plural de fato, uma vez que não se constitui por “vários ‘eus’”, essa forma inclui, além do próprio “eu”, um outro que só se define no próprio ato. Isso justifica dizer que a subjetividade e a intersubjetividade são constituídas no discurso, e que essas formas vazias são o aporte linguístico que marca a condição humana de **estar na linguagem**.

Assim, os pronomes devem ser vistos como possibilidades de inserção do humano na linguagem: seja para marcar sua unicidade, seja sua contingência, fundamentando sua posição no discurso para se situar nas práticas sociais.

## REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.
- DUFOUR, Dany-Robert. *Mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.
- FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Émile Benveniste*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- JUBILATO, Manoella Neres. Dom Pedro II, repórter, o discurso jornalístico do Imperador do Brasil. In: \_\_\_\_\_. Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 15, 2011. Rio de Janeiro. Anais do XV CNLF: Cadernos do CNLF, v. XV, n. 5, t. 3. Rio de Janeiro: Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008
- SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas: Pontes, 2009.
- TEIXEIRA, Marlene. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 8, n. 1, 2012.

Artigo recebido em 30 de novembro de 2017.

Aceito para publicação em 09 de março de 2018.